

Domínio público

Wagner Schwartz | Renata Carvalho | Elisabete Finger | Maikon K

Por Alexandre Sá¹

Por mais óbvio que pareça, é fundamental começar essa resenha reafirmando que nada justifica as ações de censura e violência que aconteceram com as quatro pessoas que realizam esse espetáculo. Trataram-se de ações nem sempre populares, amparadas por incitação clara à histeria coletiva, veiculada e potencializada por aplicativos de comunicação instantâneas e redes sociais que tinham como objetivo maior, fragilizar a liberdade criativa, diminuir a relevância e a necessidade de compartilhamento de discursos historicamente subjugados, além obviamente, de promover o ódio a diversidade e agregar valor a uma política coronelista e pouco preocupada com as minorias.

Importante lembrar que nesses casos específicos, a questão corporal pensada de maneira histórica, jamais foi discutida pela turba algoz com profundidade, da mesma forma que foram inexistentes os casos de escuta e diálogo entre as posições antagônicas, que verdadeiramente fizeram uso de maneira lúcida de um conjunto semântico e epistemológico de conceitos que são inevitavelmente norteadores daquilo que entendemos como arte contemporânea. Em suma, a crise pública, serviu apenas para desviar atenção de um jogo eleitoral e político que autorizava algumas atrocidades e diminuía o foco da opinião pública em relação a outras questões mais urgentes e não destinadas a especialistas.

Sim, a arte contemporânea é destinada a especialistas. Não especificamente sua circulação, já que reza a lenda que essa precisa do público em geral e talvez, de forma ainda ingênua, acredite em sua potência de transformação, questionamento ou mesmo em última instância, de levantamento de questões que ficarão em suspenso. Então, talvez

¹Alexandre Sá é artista, psicanalista, crítico e curador. Atualmente é professor do Instituto de Artes da Uerj e do Programa de Pós-graduação em Artes da Uerj. É membro e coordenador geral do fórum do campo laciano de Niterói.



aprofundando um pouco mais a afirmação anterior, o conjunto de obras produzidas dentro do escopo das artes visuais contemporâneas, em virtude de um hermetismo inevitável e alimentado pelo sistema, precisa de especialistas para discuti-las, problematiza-las e ainda, se possível for, criticá-las (com alguma elegância, inteligência e um manancial de ferramentas).

Criticar de maneira acrítica, aliado a um movimento religioso que objetiva um domínio político feudal, não é válido. E mais que isso, é praticamente inaceitável. Pois trata-se de uma linguagem específica, historicamente repleta de referências e que precisa especificamente de tal corpo de conhecedores/praticantes/estudiosos para que seja investigada conceitualmente. Em termos gerais, é impossível considerar que advogados e juízes sejam capazes de julgar e avaliar tais práticas, já que inclusive os artistas não se acreditam como possíveis fazedores de leis e julgamentos públicos.

Talvez então nos perguntemos... Mas e arte e seu público? E as situações anteriores de revolta e debate inflamado sobre eventuais críticas e ofensas veiculadas pelas obras? Embora a resposta já esteja implícita nos parágrafos anteriores, é fundamental lembrar que antigamente, mais precisamente, até o começo do modernismo, no final do século XIX, a possibilidade de leitura e compreensão visual daquilo que era representado nas artes visuais era muito maior, mais abrangente e menos excludente do que aquilo que vivemos agora.

Trata-se então de um enorme paradoxo. A compreensão “geral” e legitimação da arte contemporânea não tem nenhuma relação com o domínio público, embora, curiosamente, a partir dos anos 1960, da Pop Art, tenhamos investido nessa conjunção obtusa da aproximação entre arte e vida. Em termos gerais, arte e vida foram aderidas conceitualmente, mas a vida fora da bolha conceitual e mercadológica talvez tenha sido exilada de maneira sagaz. Obviamente existem exceções. E festas. E vernissages. E relações amoras. E coisas do tipo.



Por outro lado, importante lembrar que estamos falando de arte. Antes e acima de qualquer coisa. E sendo arte, a possibilidade de ficção e fantasia são determinantes para o enquadramento da cena. Por certo, alguns cuidados merecem ser tomados. Mas talvez, passado o horror e a virulência de um debate por demais excitado, talvez ainda nos caiba problematizar o jogo esquisito de crítica promovido por exemplo, a Luis Lobianco em seu espetáculo Gisberta; onde o ator foi acusado de ocupar um lugar que estaria destinado a uma atriz trans.

Algumas perguntas ainda surgem: em que medida a fantasia atende a uma demanda específica e de que forma ela pode vir a ser usada como dispositivo de poder, considerando inclusive os lugares de fala que não se acreditam completamente deambulatórios? A ideia de construção de uma personagem não deveria em alguns casos, ser considerada como um elemento inerente a criação? Mesmo Luís Lobianco sendo gay assumido, estaria então desautorizado a incorporar Gisberta? O fato do espetáculo ter circulado em diversas capitais e ter sido um estrondoso sucesso, não termina auxiliando o debate público e em alguns casos, a publicização de uma tragédia específica?

Mas nesse caso, estamos falando de teatro. E começamos discutindo um pouco as artes visuais. E embora atualmente tal distinção tenda a ser cada vez mais inóspita, os elementos que condicionam tais linguagens ainda são consideravelmente dicotômicos, da mesma forma que seus interesses e seus movimentos intrínsecos. Mas por qual razão citar Gisberta de Luís Lobianco? Talvez para começarmos a problematizar uma articulação extremamente imbricada que ocorreu nos últimos três anos e que talvez, não tenha tido lucidez o suficiente para considerar que sempre precisamos nos unir, antes mesmo de pensar em exclusão ou crítica ferrenha aos temas que nos atravessam e que, por diversas razões, inclusive, certos históricos pessoais, ganharam visibilidade e público. Ou de outra maneira, é provável que precisemos repensar com alguma justeza e brio, a presteza das nossas polêmicas a serem elencadas. E quando digo nós, talvez diga agora, apesar dos pesares, nós todxs.

Renata Carvalho é uma das atrizes de Domínio Público, que criticou Luís Lobianco por *trans fake* e que também viveu alguns episódios de censura com seu espetáculo *O*



evangelho segundo Jesus, rainha do céu. Em Domínio Público, tratam-se de quatro performers que viveram situações próximas no que se refere à intolerância e à visibilidade.

Domínio Público é um espetáculo inteligente porque escolhe não dar ao público aquilo que provavelmente ele esperasse. Em cena, os quatro performers aparecem individualmente, extremamente bem vestidos, microfonados e proferem pequenas palestras que mesclam informações históricas à finas ironias sobre a reação também confusa da Mona Lisa (1503) de Leonardo da Vinci.

Uma reprodução da obra ocupa o centro do palco e serve de referência para a fala dos palestrantes. Não se trata claramente de um espetáculo de teatro, mas de uma performance cênica que lida de forma bastante astuta com as lógicas performativas e com alguma repetição possível da ignorância coletiva diante daquilo que é eleito como inacessível ou inaceitável.

Tudo funciona muitíssimo bem. E é possível também arriscarmos a existência no subsolo de um deboche extremamente refinado sobre o público em seu desejo espetacular. Além das inevitáveis referências de autoajuda midiática, já que o espetáculo como um todo, se aproxima de uma lógica de funcionamento daquelas palestras TED, disponíveis na rede.

Por outro lado, surge exatamente aí uma questão que merece muita atenção: o público. Não especificamente sobre o que o público quer. Mas aquilo que eu espero do público que vem nos ver. Ou melhor dizendo, sobre aquilo que eu imponho ao público que vem nos ver e de quais maneiras, inclusive inconscientes, as lógicas de poder e dominação também podem estar instauradas em uma prática cênica que se deseja distante de um teatro tradicional de quarta parede.

Tudo termina ficando ao longo do espetáculo, extremamente sacralizado, numa espécie de aposta incontestada na injustiça anteriormente vivida, na trajetória individual e no



afastamento profícuo da ideia de entretenimento, que talvez pudesse servir muito melhor à reflexão para o domínio disciplinar, cruel e mais amplo que julgou e julga de maneira torpe as ações de arte.

Para que eu não incorra no erro de fazer o mesmo, o espetáculo é indiscutivelmente necessário. Embora monótono. E talvez pense pouco em uma prática de sedução necessária para cativar, de maneira generosa, um público que existe fora e muito além da bolha da intelectualidade.

